

Republica-se por incorreção.

Publicado no Diário Oficial ALMS nº 1560, de 19 de março de 2019, página 4 e 5.

ATO Nº 013/2019/SRH-MESA DIRETORA

Dispõe sobre a implantação do Programa de Atualização Cadastral- PAC II- dos servidores ativos, inativos e pensionistas do Poder Legislativo do Estado de Mato Grosso do Sul e dá outras providências.

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos do artigo 30, II, do Regimento Interno deste Poder.

R E S O L V E:

Art. 1º - Os servidores ocupantes de cargos efetivos ativos, inativos e pensionistas bem como os servidores ocupantes de cargos em comissão, ainda que estes possuam vínculo com outro Poder ou órgão da União, Estados, ou Municípios, mesmo que em regime de cedência, com ou sem ônus para a origem, mas que sejam ocupantes de cargos efetivos ou em comissão no Poder Legislativo Estadual deverão fazer a ATUALIZAÇÃO DO CADASTRO FUNCIONAL que será realizado conforme cronograma constante no anexo I deste Ato.

Parágrafo único. Os formulários de atualização cadastral serão recebidos no período de 1º de abril a 17 de maio de 2019, impreritavelmente, conforme planilha constante no Anexo I, deste Ato.

Art. 2º - O cadastramento será realizado presencialmente, devendo o servidor gerar o formulário através do Portal da Assembleia Legislativa do Estado do Mato Grosso do Sul na *internet*, no domínio www.al.ms.gov.br, preenchê-lo previamente em duas vias de igual teor, sendo uma via para protocolo.

§1º O servidor fará a entrega do formulário, **pessoalmente**, no saguão da Assembleia Legislativa, à equipe responsável no período constante no parágrafo único do art. 1º deste Ato, sendo vedada a representação por procurador.

§2º Por motivo justificável, o servidor inativo que não puder comparecer pessoalmente para a entrega do formulário poderá se fazer representar por procurador legalmente habilitado, exibindo procuração com firma reconhecida com poderes para representá-lo junto ao Poder legislativo Estadual dentro do prazo estabelecido neste Ato.

Art. 3º - O servidor que deixar de realizar a atualização cadastral terá seus vencimentos suspensos e deverá procurar pessoalmente a Secretaria de Recursos Humanos para apresentar justificativa por escrito, no prazo de 03 (três) dias da

finalização do Programa, cujas razões serão submetidas a Mesa Diretora deste Poder, que decidirá em 30 (trinta) dias.

Art. 4º - A atualização é obrigatória para todos os servidores ativos, inativos, pensionistas e ocupantes de cargos em comissão vinculados a qualquer título ao Poder Legislativo Estadual, que deverão informar os seus dados pessoais e de seus dependentes para fins previdenciários, anexando cópias de todos os documentos pessoais e comprovante de residência.

§1º O servidor que possuir estado civil de casado, divorciado ou viúvo, ou mantiver união estável deverá anexar certidão de casamento atualizada, com menos de três meses de validade, com as respectivas averbações, ou declaração de união estável feita em cartório extrajudicial;

§2º Deverão também ser anexados os documentos pessoais do servidor e de seus dependentes, sendo eles: o cônjuge, a companheira ou companheiro, a pessoa do mesmo sexo que mantém união homoafetiva pública e duradoura com o segurado, e o filho não emancipado, de qualquer condição, menor de vinte e um anos ou inválido, ou que tenha deficiência intelectual ou mental ou deficiência grave.

§3º Na ausência dos dependentes acima mencionados, poderão ser habilitados como dependentes, desde que comprovem dependência econômica, os pais ou irmão não emancipado, menor de vinte e um anos ou inválido, ou que tenha deficiência intelectual ou mental ou deficiência grave, sendo certo que os mais próximos excluem os mais remotos.

Art. 5º - Com a orientação da Mesa Diretora deste Poder, a Secretaria de Recursos Humanos fará a coordenação e execução deste Programa, devendo traçar as diretrizes e instruções para o preenchimento e recebimento dos formulários adotando todas as providências para a realização do Programa.

Art. 6º - Os casos omissos serão decididos pela Mesa Diretora deste Poder.

Art. 7º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Guaicurus, 7 de março de 2019.

Deputado **PAULO CORRÊA**
Presidente

Deputado **ZÉ TEIXEIRA**
1º Secretário

Deputado **HERCULANO BORGES**
2º Secretário

ANEXO I

Cronograma de execução do Programa de Atualização Cadastral dos servidores ocupantes de cargos efetivos ativos, inativos e pensionistas bem como os servidores ocupantes de cargos em comissão, do Poder Legislativo Estadual de Mato Grosso do Sul:

1º DE ABRIL A 17 DE MAIO	RECEBIMENTO DOS FORMULÁRIOS DO PROGRAMA DE ATUALIZAÇÃO CADASTRAL - PAC - CONFORME PLANILHA ABAIXO:
SERVIDORES CUJO NOME SE INICIA COM AS LETRAS:	
DE 1º A 05 DE ABRIL	A, B,
DE 08 A 12 DE ABRIL	C, D, E,
DE 15 A 18 DE ABRIL	F, G, H, I,
DE 23 A 26 DE ABRIL	J, K,
DE 29 DE ABRIL A 03 DE MAIO	L, M,
DE 06 A 10 DE MAIO	N, O, P, Q, R,
DE 13 A 17 DE MAIO	S, T, U, V, W, X, Y, Z.
20 A 22 DE MAIO	PRAZOS PARA RECEBIMENTO DE JUSTIFICATIVA DOS SERVIDORES QUE NÃO FIZERAM O RECADASTRAMENTO;
23 A 27 DE MAIO	CONFERÊNCIA E CRUZAMENTO DOS DADOS COM O SISTEMA SRH;
28 A 31 MAIO	PRAZO DE ANÁLISE DOS RECURSOS PELA MESA DIRETORA;
03 DE JUNHO A 14 DE JUNHO	IMPLANTAÇÃO PELA SRH DAS DECISÕES DA MESA DIRETORA SOBRE AS RAZÕES APRESENTADAS;
ATÉ O DIA 30 DE JUNHO DE 2019	ENCERRAMENTO DO PROGRAMA COM A APRESENTAÇÃO DOS RELATÓRIOS À MESA DIRETORA.